

ANTAGONISMOS E RESISTÊNCIAS: CECÍLIA MEIRELES NA IMPRENSA CARIOCA (1930-1933)*

Jussara Santos Pimenta** 

Ana Chrystina Mignot*** 

RESUMO

Na historiografia da educação brasileira, estudos sobre Cecília Meireles no debate educacional têm contemplado seu papel de editora da “Página de Educação” do *Diário de Notícias*, entre 1930 e 1933, permitindo concluir que encerrou seus comentários sobre o tema quando assinou a crônica “A despedida”. O porta-voz dos educadores comprometidos com o ideário da Escola Nova teria sido, a partir de então, Frota Pessoa que passou a escrever no *Jornal do Brasil*. No entanto, ao seguir pistas de pesquisas sobre sua atuação como jornalista, vamos surpreendê-la assinando a coluna “Educação”, do jornal *A Nação*. Inventariar os temas por ela discutidos possibilita compreender como a defesa que fazia do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, do qual foi signatária, se deu em diálogo com os educadores católicos que publicavam no periódico, contribuindo, assim, para ampliar as análises sobre a repercussão do referido manifesto.

Palavras-chave: Cecília Meireles, Manifesto dos Pioneiros, Imprensa, Escola Nova.

* O texto resulta de pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj): Processo E-26/202.359/2021 – PROGRAMA Pós-Doutorado Sênior (PDS – 2021), realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob a supervisão da Profa. Ana Chrystina Mignot. Vigência: 01/10/2021 a 30/09/2022.

** Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho/RO, Brasil.

*** Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

ANTAGONISMOS Y RESISTENCIAS: CECÍLIA MEIRELES EN LA PRENSA CARIOCA (1930-1933)

RESUMEN

En la historiografía de la educación brasileña, los estudios sobre Cecília Meireles en el debate educativo han contemplado su papel como editora de la “Página de Educação” del *Diário de Notícias*, entre 1930 y 1933, permitiendo concluir que terminó sus comentarios sobre el tema cuando firmó la crónica “A Despedida”. El vocero de los educadores comprometidos con las ideas de la Escola Nova habría sido, a partir de entonces, Frota Pessoa, quien comenzó a escribir para el *Jornal do Brasil*. Sin embargo, al seguir pistas de investigación sobre su trabajo como periodista, la sorprenderemos suscribiéndonos a la columna “Educação” del periódico *A Nação*. Inventariar los temas discutidos por ella permite comprender cómo la defensa que hizo del Manifiesto dos Pioneiros da Educação Nova, del cual fue signataria, se llevó a cabo en diálogo con los educadores católicos que publicaban en la revista, contribuyendo así a ampliar el análisis de la repercusión de dicho manifiesto.

Palabras clave: Cecília Meireles, Manifiesto dos Pioneiros, Prensa, Escuela Nueva.

ANTAGONISMS AND RESISTANCES: CECÍLIA MEIRELES IN THE CARIOCA PRESS (1930-1933)

ABSTRACT

In the historiography of Brazilian education, studies on Cecília Meireles in the educational debate have contemplated her role as editor of the “Página de Educação” of the *Diário de Notícias*, between 1930 and 1933, allowing the conclusion that she ended her comments on the subject when she signed the chronicle “A Despedida”. The spokesperson for educators committed to the ideas of Escola Nova would have been, from then on, Frota Pessoa, who began to write for *Jornal do Brasil*. However, when following research clues about her work as a journalist, we will surprise her by subscribing to the “Educação” column of the newspaper *A Nação*. Inventorying the topics discussed by her makes it possible to understand how the defense she made of the Manifiesto dos Pioneiros da Educação Nova, of which she was a signatory, took place in dialogue with the Catholic educators who published in the journal, thus contributing to broaden the analysis of the repercussion of the said manifest.

Keywords: Cecília Meireles, Manifiesto dos Pioneiros, Press, New School.

ANTAGONISMES ET RÉSISTENCES: CECÍLIA MEIRELES DANS LA PRESSE CARIOCA (1930-1933)

RÉSUMÉ

Dans l'historiographie de l'éducation brésilienne, les études sur Cecília Meireles dans le débat sur l'éducation ont envisagé son rôle de rédactrice en chef de la “Página de Educação” du *Diário de Notícias*, entre 1930 et 1933, permettant de conclure qu'elle a mis fin à ses commentaires sur le sujet lorsqu'elle a signé la chronique “A Despedida”. Le porte-parole des éducateurs attachés aux idées d'Escola Nova aurait été, dès lors, Frota Pessoa, qui a commencé à écrire pour *Jornal do Brasil*. Cependant, en suivant des indices de recherche sur son travail de journaliste, on la surprendra en s'abonnant à la rubrique “Educação” du journal *A Nação*. L'inventaire des sujets abordés par elle permet de comprendre comment la défense qu'elle a faite du Manifiesto dos Pioneiros da Educação Nova, dont elle était signataire, s'est déroulée en dialogue avec les éducateurs catholiques qui ont publié dans la revue, contribuant ainsi à élargir l'analyse de la répercussion dudit manifeste.

Mots-clés: Cecília Meireles, Manifiesto dos Pioneiros, Presse, Nouvelle École.

O movimento educacional brasileiro foi palco de embates travados entre dois grupos – católicos e pioneiros – que disputavam o controle do aparelho escolar, amplamente estudados na historiografia da educação brasileira, de acordo com Carvalho (2005). Pioneiros seriam os signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, e católicos aqueles ligados ao Centro D. Vital, em São Paulo, à Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal e, “a partir de 1934, na CCBE-Confederação Católica Brasileira de Educação” (CARVALHO, 2005, p. 89). Os dois grupos visavam proporcionar a atualização do professor e pretendiam a sua adesão aos novos preceitos pedagógicos e se valeram de variadas estratégias para alcançar o objetivo pretendido. A imprensa, neste contexto, se constituía em importante aliada:

Na forma de livro de estudo para a Escola Normal, de livro de formação integrante de uma Biblioteca Pedagógica, de artigo de revista dirigida ao professor, de instrução regulamentar endereçada às escolas, de artigo de polêmica em jornal de grande circulação etc., o impresso será dispositivo de regulação e modelagem do discurso e da prática pedagógica do professorado. (CARVALHO, 2005, p. 89).

Esses dois grupos vão concentrar as suas ações na criação de estratégias editoriais diversas, cada qual se colocando como porta-vozes dos preceitos mais adequados para orientar a condução da política educacional, contribuir com os diferentes projetos a serem implementados nas instituições escolares, inspirar a prática dos educadores e informar o público leigo. A “Página de Educação” do *Diário de Notícias* e, mais à frente, “Ensino e Educação”, do *Jornal do Brasil* fizeram parte dessas estratégias que mobilizaram educadores para a divulgação do ideário escolanovista por meio da imprensa, como evidenciado, por exemplo, por Nascimento (2013) e Roberto (2013), respectivamente.

Dirigida pela poeta, educadora e a partir daquele momento também jornalista, Cecília Meireles, de 12 de junho de 1930 até 12 de janeiro de 1933,¹ a “Página de Educação” foi o suporte de uma visão de educação de um grupo de intelectuais ligados ao movimento da Escola Nova. Ali desenvolveu a arte de arregimentar educadores, diferentes personalidades do campo da educação do país e do exterior e publicar as suas ideias e a dos seus interlocutores: crônicas, entrevistas, notícias, conferências, debates e aulas. No jornal *A Nação*, Cecília considerou a possibilidade de continuidade ao trabalho iniciado no *Diário de Notícias* e seguiu à coluna “Commentario”, porém permaneceu por um curto período de tempo: de 14 de janeiro a 15 de março de 1933, tendo a sua saída agravada por discordâncias relacionadas à condução do jornal em relação à política de educação que apoiava.

Com a saída de Cecília da editoria dos dois jornais o grupo reformador precisava “manter acesas as questões que os mobilizavam”, como conjectura Roberto (2013, p. 19). Sendo assim, “em função do seu passado de serviços prestados às causas educacionais”, Frota

¹ A segunda fase teve início em 13 de janeiro, um dia depois da saída de Meireles, e foi encerrada em 04 de outubro de 1933.

Pessoa,²assumiu a direção da coluna “Educação e Ensino” no *Jornal do Brasil*, de maio de 1933 até 1948. Na coluna, ele “apresentava um eixo temático que marcara Cecília Meireles na “Página de Educação”: o ensino religioso (ROBERTO, 2013, p. 104).Na apresentação da coluna aos leitores Frota Pessoa indicava as diretrizes a serem seguidas: “[...] os assuntos referentes à educação e ao ensino no Distrito Federal, nos estados e no estrangeiro” e “tudo que se relacionasse com educação e ensino – desde a escola até a universidade – seria [...] objeto de uma constante preocupação” (ROBERTO, 2013, p. 105), ou seja, seguiria orientações bem aproximadas ao que Meireles havia realizado no *Diário de Notícias* e em *A Nação*.

O *Diário de Notícias* tem se destacado na historiografia da educação por ter sido uma página dedicada à Educação e por ensejar o trabalho de investigadores sob diferentes perspectivas. As pesquisas que se debruçaram sobre a singularidade e a configuração desse veículo de divulgação educacional têm se detido no cotejamento de dados referentes, sobretudo, à primeira fase, obviamente por investigarem a atuação de Cecília Meireles quer como editora quer como cronista que elegeu a educação como temática central. Dessa forma, essa produção continua sendo interrogada pelos historiadores da educação como objeto e como fonte para os seus trabalhos, como ponto de reflexão sobre o fazer educativo e como fonte de inspiração sobre as suas próprias práticas pedagógicas. O trabalho desenvolvido em *A Nação*, em 1933, foi referido por Silva (2021) e o período posterior ao ora investigado foi estudado por Pimenta (2008) que analisou as crônicas publicadas no transcorrer da primeira viagem de Cecília a Portugal, em 1934, quando publicou seu diário de bordo da travessia.

Investigar jornais, boletins, revistas e magazines, sejam feitos por alunos para seus pares ou para professores, “hechos por el Estado u otras instituciones como sindicatos, partidos políticos, asociaciones, iglesias” contribui sob muitos aspectos “para la comprensión de la historia de la educación y de la enseñanza”, como salientado por Bastos (2016, p. 2). Dessa forma, [...] “evaluarla política de las organizaciones, las preocupaciones sociales, los antagonismos y filiaciones ideológicas, así como las prácticas educativas y escolares” são perspectivas que se apresentam ao pesquisador que se utiliza dessas fontes para o desenvolvimento de suas reflexões.

Como um instrumento de comunicação do nosso tempo a imprensa tem sido importante fonte para historiadores e historiadores da educação, como salientado por Hernández Díaz (2013), convertendo-se “em patrimonio documental para el investigador interesado em los temas de historia de la educación, sobre todo desde una lectura social” (p. 11). Tomar o jornal como fonte documental, para Zicman (1985), proporciona ao investigador a oportunidade de obter, além da reconstituição histórica, “um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas” (p. 89) e, ainda, a possibilidade de examinar a periodicidade, a disposição espacial da informação e o tipo de censura (p. 90).

² José Getúlio da Frota Pessôa, advogado, poeta e jornalista, foi Secretário-Geral da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, na gestão de Antônio Carneiro Leão, colaborador na gestão de Fernando de Azevedo e um dos 26 signatários do Manifesto dos Pioneiros, em 1932 (ROBERTO, 2013, p. 17).

De acordo com a autora, as pesquisas precisam obrigatoriamente delinear as principais características dos órgãos de imprensa consultados: “mesmo quando não se faz História da Imprensa propriamente dita – mas antes o que chamamos História através da Imprensa – está-se sempre ‘esbarrando’ nela, pela necessidade de historicizar os jornais”. Outra recomendação se refere à clareza que o investigador deve ter quanto à apresentação das notícias que não são “mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos”, devendo considerar que as informações ali “denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação”, seguindo e “segundo o seu próprio filtro” (ZICMAN, 1985, p. 90).

Sendo assim, ele precisa ter como princípio, como salientado por Araújo *et al* (1998, p. 4), que tomar a imprensa periódica como objeto de pesquisa requer que se tenha em vista que a mesma difunde interesses por ser “um produto social emergente na sociedade urbana e industrial.” Deve, pois, recusar “a ideia de que a imprensa seja apenas veiculadora de informações, imbuída de imparcialidade e de neutralidade diante dos acontecimentos, como se a mesma pudesse se constituir uma ilha diante da realidade histórica na qual se insere” (p. 4).

Tomando por base esses pressupostos, o texto trata da primeira fase da “Página de Educação” e da tentativa de continuidade no jornal *A Nação*, no espaço denominado “Educação”, onde foi mantida a coluna “Commentario”. Investiga-se as suas principais características, o que veiculava, quem eram os principais colaboradores e, principalmente, os antagonismos e resistências que concorreram para o afastamento de Cecília Meireles como editora da seção de educação dos dois matutinos cariocas.

IMPRENSA E INTELLECTUAIS: CONVICÇÕES POLÍTICAS E APREENSÃO DA REALIDADE

Criado pelos jornalistas Orlando Ribeiro Dantas, Nóbrega da Cunha e Alberto Figueiredo Pimentel, logo após finalizarem as suas atuações em *O Jornal*, dos Diários Associados, o *Diário de Notícias* (1930-1974) foi inicialmente propriedade de uma sociedade anônima presidida por Manoel Magalhães Machado, com Aurélio Silva como secretário”. De acordo com Sodré (1999), com o final da Primeira Guerra a imprensa brasileira substituiu a “fase artesanal” e se organizou como uma “empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas”. Ainda persistiam “revistas de vida efêmera, literárias ou humorísticas, e jornais de circunstâncias”, mas eram cada vez “menos numerosos e acidentais”, pois resultavam de “empresas mal estruturadas”, que se esgotavam depressa e que consumiam “rapidamente o capital” investido (SODRÉ, 1999, p. 355). Quanto ao público alvo desses jornais, o autor enfatiza ser formado, principalmente, pela burguesia e que esse público influía “e era influenciado pelos jornais”, relação que à época “não era perturbada pelas forças econômicas que, mais adiante, tanto pesariam na orientação dos periódicos”. Outra característica importante é que os mesmos sobreviviam mais da venda avulsa que da publicidade, então “um grande jornal era, quase sempre, aquele que tinha tiragem grande” (SODRÉ, 1999, p. 356).

De acordo com Ferreira (s/d, p. 1), o *Diário de Notícias* desde a sua fundação explicitou a sua posição sem se “comprometer com os partidos existentes”, mas sustentando “as teses da Aliança Liberal, movimento oposicionista que apoiara a candidatura derrotada de Getúlio Vargas à presidência da República e cujas principais reivindicações eram a anistia, o voto secreto e reestruturação da justiça” (idem). A opinião pública era diariamente informada e esclarecida por meio da coluna “Movimento Revolucionário”, que noticiava a sequência dos acontecimentos que antecederam a Revolução de 1930, cuja proposta era se contrapor à estrutura oligárquica da República Velha, “colocando-se como porta-voz de um ‘espírito revolucionário’ que visava a transformação da sociedade”. Entretanto, esse “espírito revolucionário” não intentava a transformação da sociedade, mas a sua “reforma, a substituição e o aperfeiçoamento, vistos como uma forma de superar os métodos políticos antiliberais então em vigor” (FERREIRA, s/d, p. 1).

Já *A Nação* veio a público em 14 de janeiro de 1933 tendo como proprietário José Soares Maciel Filho, contando com João Alberto Lins de Barros, à época chefe de polícia do Distrito Federal (FERREIRA, s/d), do médico Arthur Neiva como diretor e do jornalista político Azevedo Amaral como redator-chefe (CHAVES, s/d). Vinculado à política tenentista, posicionava-se e se reconhecia, em seu primeiro Editorial “Rumo a Seguir”, como um dos orientadores da “obra reconstrutora da Revolução”, como “uma expressão dessa renascença espiritual”, que contribuiria para “criar a ambiência propícia a uma obra de construção política”, orientada por “um espírito inteligentemente conservador e ao mesmo tempo consciente das necessidades novas do momento nacional”. Afirmavam-se inspirados pelos ideais nacionalistas e que estes presidiam o jornal, que consagraria à educação pública a sua atenção, para que esta se organizasse “em todos os seus graus, dando ao ensino técnico e profissional o relevo” até então “tão lastimavelmente esquecido entre nós” (EDITORIAL, 14/01/1933, p. 4). Contava com Fernando Correia Dias, artista plástico e primeiro marido de Cecília Meireles, que “introduziu uma série de inovações gráficas” que contribuíram para popularizar o matutino entre o público leitor e “a colaboração do caricaturista Egídio Squeff” e também a de Sotero Cosme, “que ao invés de caricaturas, como era praxe na época, fazia retratos das personalidades em foco”. Dispunha de duas redações: “uma para o jornal propriamente dito, e outra para os suplementos dedicados a diferentes áreas, que saíam todos os dias alternadamente. Havia um suplemento cultural, um literário, um feminino, um infantil, um esportivo, etc.” (FERREIRA, s/d).

No período em questão, é possível compreender, com Pécaut (1990), que parte dos intelectuais brasileiros vão se ater a questões relacionadas à “identidade nacional e das instituições”. O autor afirma que as instituições da República adotaram um “liberalismo inspirado na ilusão de atingir a modernidade por imitação de modelos estrangeiros”, que concorriam para obstaculizar a “afirmação nacional”. Sendo assim, a organização da nação, para esses intelectuais, era uma tarefa que cabia exclusivamente às elites. E acrescenta: “Dela os intelectuais têm ainda mais motivos para participar, na medida em que constitui um fato indissolúvelmente cultural e político: forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de

assegurar a sua unidade” (PÉCAUT, 1990, p. 15). O que se observa, entretanto, é que não havia uma unidade entre as concepções políticas compartilhadas por esses intelectuais.

Dar forma à sociedade, estruturar o espaço cultural equivalia, para a *intelligentsia* brasileira, “a possibilidade de criar instituições modernas, abertas ao espírito de renovação e de pesquisa”, ou seja, criar instituições suficientemente competentes e capazes de ultrapassar o isolamento em que esses intelectuais se mantinham, ampliando a capacidade dos mesmos em “difundir sua mensagem e de criar um ‘mercado’, não necessária ou exclusivamente no sentido econômico do termo”, mas “no sentido de um *lugar* onde se intercambiam ideias”, o que significava estabelecer um “*loci* para a fundação, o reconhecimento e a expansão de sua identidade social, e mesmo de sua ‘missão’ na sociedade” (MARTINS, 1987, p. 15). Apesar disso e de acordo com o autor, não havia uma pretensão em “falar em nome da nação”, ou seja, a *intelligentsia* “não aspira ‘substituir’ alguma classe social, nem falar *em nome* da nação” procura advertir a nação buscando em sua condição intelectual a legitimidade da liderança moral que quer exercer. De fato, é mais do que uma liderança moral: é o papel do “herói modernizador” que ela se atribui (MARTINS, 1987, p. 14).

Com suporte nas postulações de Sirinelli (2003), Gomes e Hansen (2016), afirmam que intelectuais são sujeitos históricos, que “atuam, exclusiva ou paralelamente, como mediadores culturais”, ou seja, o intelectual criador pode atuar como mediador na medida em que “se dedica à comunicação com públicos externos às comunidades de *experts*” e “se aperfeiçoa nas atividades de mediação e no uso de linguagens e estratégias com a sua experiência e com aquela acumulada ao longo do tempo” (p. 9). O intelectual mediador se converte em “um profissional especializado em atingir um público não especializado” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 19).

Sendo assim, compreendemos que um intelectual ao assumir uma página ou uma coluna em um jornal desenvolve o desígnio de fazer circular ideias, concepções, “trocas ou ‘transferências’ intelectuais diversas (...) entre círculos acadêmicos de diferentes regiões e países” (p. 19). Segundo as autoras, nem sempre o intelectual mediador apresenta-se, torna-se evidente “como responsável direto por um bem cultural, com crédito público ao seu nome” (p. 19). Eles “podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade” e podem, também, concentrar diferentes atribuições no decorrer de sua trajetória profissional, não ocupando posições fixas, podendo “ser ‘criador’ e ‘mediador’; (...) ser só ‘criador’ ou só ‘mediador’; ou pode ser ‘mediador’ em mais de um tipo de atividade de mediação cultural” sendo e tendo o seu trabalho reconhecido “quer pelo público, quer pelo próprio campo intelectual com o qual dialoga”. Dessa forma, “não há identidades profissionais ou pessoais fixas e imutáveis” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 22).

Sob esse ângulo é possível inferir que os intelectuais não só assumem e explicitam as suas convicções políticas, conforme as apreensões que têm da realidade circundante, mas agem em função delas, negando, discordando e agindo em favor de suas próprias concepções e as dos círculos de sociabilidade a que estão vinculados. Para Martins (1987), “não existe

relação necessária entre a condição de intelectual e a de ator político (...) esta última qualidade é o atributo de um certo tipo de intelectuais, cuja emergência, como sujeito coletivo, parece ligada a certas condições sociais, políticas e culturais” (MARTINS, 1987, p. 1).

Consideramos Cecília Meireles e vislumbramos a sua trajetória como intelectual que atuou no universo das letras como jornalista e editora da “Página de Educação” do jornal *Diário de Notícias* e da “Educação” no jornal *A Nação*, sob a perspectiva de Bourdieu (2005), quando assinala que trajetória pode ser compreendida como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1989, p. 189). A partir desse conceito, acompanharemos parte do processo de criação e organização da proposta que ela desenvolveu nos dois periódicos cariocas procurando interpretar a centralidade da educação no debate que arrebatou os intelectuais de seu tempo.

UM SONHO OBSTINADO

Examinar a presença de Cecília Meireles na imprensa carioca envolve considerar que os jornais, assim como as revistas e os manifestos, de acordo com Sirinelli (2003), são estruturas elementares e de natureza diferente, pois oferecem ao campo intelectual “por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas”. Constitui-se em “um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais”, sendo, portanto, “um lugar precioso para a análise do movimento das ideias (...) fermentação intelectual e de relação afetiva” e, ao mesmo tempo, “viveiro e espaço de sociabilidade” podendo ser, “entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão” (SIRINELLI, 2003, p. 249).

A esfera de atuação de Cecília Meireles circunscrevia-se, inicialmente, ao âmbito da literatura, destacando-se a sua presença como poeta em revistas literárias como *Árvore Nova*, *Terra de Sol e Festa*, no Brasil e *Portugal Feminino*, em Portugal (PIMENTA; DINIZ, 2015). Ainda no campo literário, nesse “viveiro” onde se movimenta e fermenta o labor intelectual, Cecília desponta como poeta com os livros *Espectros* (1919), *Poema dos Poemas*, *Nunca Mais...* (1923) e *Baladas para El Rei* (1925). Simultaneamente, atuava também como educadora, apresentando as suas primeiras incursões no campo com a publicação de *Criança Meu Amor* (1923) e, mais tarde, da tese *O Espírito Victorioso* (1929), com a qual concorreu à vaga do concurso de Literatura da Escola Normal do Distrito Federal.³

Em sua trajetória há construção de uma extensa “rede de sociabilidade intelectual”, que se estabelece, na concepção de Sirinelli (2003), quando um grupo de intelectuais se organiza “em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes”. Essas estruturas, pela sua extensão e pela heterogeneidade de

³ Sobre o concurso de Literatura da Escola Normal, consultar: Lôbo (1996 e 2010).

vinculações de seus participantes formam “estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar” (SIRINELLI, 2003, p. 248).

As redes de sociabilidade são construídas gradualmente, sem uma ordem preestabelecida, instituídas ao sabor dos encontros, das relações e dos contatos que vão sendo tecidos. A “Página de Educação” foi um desses espaços em que foi possível aglutinar e divulgar as produções de intelectuais como Anísio Teixeira, Artus Perrelet, Edouard Claparède, Constâncio C. Vigil, Gerardo Seguel, Gabriela Mistral, Fernando de Azevedo, Ana de Castro Osório, Pierre Michailowsky, Lourenço Filho, Alphonso Reyes, Pablo Pizzurno, Lorenzo Luzuriaga, Khalil Gibran, Erich Maria Remarque, Rabindranath Tagore entre tantos outros. Alguns deles cooperaram a distância com trabalhos contratados por meio de cartas: um vasto diálogo construído que se tornou uma fonte poderosa para solicitar e receber colaborações para figurar nas páginas do jornal.

Se a literatura e a educação foram espaços de formação de sua sociabilidade e das temáticas de predileção para o trabalho elaborado por Meireles até aquele momento, pode-se afirmar, que a política também vai ser considerada e refletida no seu fazer cotidiano nos periódicos cariocas, ou seja, os movimentos revolucionários não vão ser ignorados e também vão alcançar, compor e ser temática gradativa e persistente, a orientar o seu trabalho, afirmar e firmar a sua posição como educadora ligada aos círculos da vanguarda educacional da época. O apoio à “Revolução” se reflete e se instaura como um mote para muitas de suas crônicas, como por exemplo em “Sinal dos tempos”, onde conclama os educadores a se comprometerem com as transformações políticas que a Revolução de Outubro requeria. A Revolução, afirma, era “um pórtico para uma idade nova” e era “o sinal dos tempos diferentes” e questionava: como o professor, “que prepara os homens vindouros” poderia “estar condignamente na sua situação, se lhe passarem despercebidos os detalhes de cada acontecimento desta Revolução, que é, igualmente, uma Revelação? (MEIRELES, 14/11/1930, p. 15).

Em 1929 Cecília concorreu à cátedra de Literatura Vernácula da Escola Normal do Distrito Federal com a tese *O Espírito Victorioso* (MEIRELES, 1929). Nela reivindicava novos rumos para a Educação: a nova ciência que transporia o passado e inauguraria um tempo em que a compreensão entre os homens seria uma realidade. Os professores, afirmava, deveriam “ter não apenas conhecimento, mas sensibilidade para os fenômenos da natureza humana”. Para ensinar, deveriam evidenciar aos educandos “não o sabor que os seus lábios sentiram, mas o desejo comovido e elevado de tocar também com a sua boca essa estranha bebida e distinguir-lhe o duplo ressaio de eternidade e impermanência (MEIRELES, 1929, p. 19). Entretanto, tão modernas quanto singulares impressões não foram suficientes para garantir um julgamento imparcial do seu trabalho. Cecília ficou em segundo lugar e atribuiu o resultado à presença de representantes da Igreja Católica, que como religiosos deveriam “deixar a batina à porta”, mas optaram por um candidato que fazia valer os seus próprios conceitos e preconceitos em relação à Educação Nova. Em se tratando de educação, deveriam ter outra conduta, afinal a “Escola Normal é um instituto pedagógico e não um seminário (MEIRELES, 21/09/1930, p. 4). Composta pelos escritores Coelho Netto e Nestor Victor e por Antenor Nascente, à

época, professor do Colégio Pedro II e do líder católico Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde),⁴ os resultados divulgados pela banca do concurso foram contestados por Cecília em uma “Carta Aberta” dirigida a Fernando de Azevedo, então Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (MEIRELES, 27/08/1930, p. 4).

Nela, afirmava que concorreu ao concurso apenas como educadora e intelectual mas que a banca se orientou por questões religiosas, que, definitivamente, não deveriam fazer parte do escopo da avaliação dos candidatos ali presentes e nem da qualificação que deveria ser exigida para os professores da Escola Normal. Iniciava assim um debate com os católicos, liderados por Amoroso Lima que, de acordo com Silva (2021), exercia, claramente, uma ascendência sobre os demais membros da banca e assumira uma posição de liderança após a morte de Jackson de Figueiredo, tornando-se um combatente do “catolicismo contra o laicismo (...), do nacionalismo contra o cosmopolitismo, da tradição contra a inovação, da hierarquização contra a mobilidade, da reação da autoridade contra o liberalismo democrático” (SILVA, 2021, p. 192).

A polêmica principiada a partir desse episódio seria acirrada mais à frente. O grupo católico, em diferentes ocasiões, influenciou os destinos da educação, procurando valer os seus propósitos, as suas concepções educacionais e ideológicas, como na indicação do Ministro da Educação e o Decreto do Ensino Religioso, em 1931, encontrando em Cecília uma forte opositora e combatente. Outras situações e acontecimentos vão incidir sobre o movimento escolanovista a partir de 1931 e 1932, todas elas amplamente comentadas, criticadas e repercutidas na “Página de Educação”, contribuindo para que sua presença à frente da página causasse oposições e indisposições, sobretudo com o grupo católico.

De acordo com Carvalho (1998), em dezembro de 1932 o grupo católico abandonou a Associação Brasileira de Educação ABE,⁵ pois constatou que a sua força e importância dentro da associação tinha sido minimizada, especialmente em 1931, quando Anísio Teixeira e Carneiro Leão foram eleitos presidentes na Assembleia Geral. Outros fatores importantes salientados pela autora reiteram esse descontentamento do grupo católico com os rumos da entidade:

[...] o lançamento do Manifesto dos Pioneiros, em meados de 1932, que a imprensa noticiara ser apoiado pela Associação; o movimento por uma reforma dos Estatutos que organizasse a ABE nacional; a repolitização da questão educacional no Conselho Diretor, a crescente oposição dos católicos a Anísio Teixeira como Diretor Geral da Instrução Pública no Rio de Janeiro e a proximidade da Constituinte são os ingredientes que, combinados, acabam por determinar o êxodo do grupo católico. Na Quinta Conferência Nacional, em janeiro de 1933, Anísio Teixeira falaria em nome da ABE articulando uma nova imagem da Associação, que acabou por sobrepor-se à construída nos anos 20 (CARVALHO, 1998, p. 71-72).

⁴ Alceu Amoroso Lima (1893-1983), assinava sob o pseudônimo Tristão de Athayde. Intelectual católico, foi o responsável pela direção do Centro Dom Vital e da Revista *A Ordem* (criada em 1928). Escreveu livros sobre filosofia, direito, sociologia, literatura, política, história e tratados sobre educação (CARVALHO; CARVALHO, 2014).

⁵ A Associação Brasileira de Educação foi fundada em 1924 pelos intelectuais cariocas Heitor Lyra da Silva, Lysimacho da Costa, Everardo Backeuser, Edgar Süsskind de Mendonça e Francisco Venâncio Filho (CARVALHO, 1998, p. 54-55).

Conforme a autora, a ABE construiu desde a sua fundação, uma imagem apolítica que na verdade dissimulava o intenso posicionamento e as inúmeras disputas em que os seus principais membros estavam envolvidos. A associação era apresentada “como ponto de confluência e propulsão do que então se avança como campanha cívica pela ‘causa educacional’, campanha apolítica, segundo pretendiam” (p. 14). Portanto, “a valorização genérica da educação, estrategicamente a esvaziavam do significado político que conferiam a ela” (p. 72), ainda que em um segundo momento, tal representação fosse relativizada e ficado evidenciada “a atuação política de seus organizadores” (CARVALHO, 1998, p. 15).

As redes de sociabilidade construídas pelos educadores desde a criação da ABE nas quais se interpenetravam “o afetivo e o ideológico”, na acepção de Sirinelli (2003, p. 252), definiram comportamentos, afinidades, animosidades e até mesmo a separação de membros desses grupos esgarçadas por dissidências políticas e ideológicas. Dessa forma, outros motivos de desentendimento entre os abeanos se explicitaram pelas posições que assumiram em questões como o Ensino Religioso, como o que revela Jackson de Figueiredo para quem o catolicismo era “a força de ordem moral e religiosa que arremonta todas as forças do país” e para tanto devia vigorar nos currículos escolares (CARVALHO, 1998, p. 44).

Conforme Strang (2018) assevera, de acordo com a lógica dos católicos, o controle da Educação pelo Estado “tornar-se-ia absolutismo pedagógico, bolchevismo intelectual, próprios da sociedade soviética”. Desconfiavam da interpretação da “Educação como fenômeno social”, sendo concebida apenas a finalidade espiritual, ou seja, “preparar o homem para a vida com princípios religiosos bem definidos. Nesse sentido, tudo o que divergisse do pensamento cristão era denunciado como fruto da influência comunista” (STRANG, 2018, p. 358). A questão do Ensino Religioso agitou a associação e dividiu os membros entre aqueles que apoiavam e os que entendiam a inevitabilidade da laicidade na educação pública brasileira.⁶ Cecília Meireles publicou diferentes crônicas em que repudiava o Decreto do Ensino Religioso:

Em vão o ditador Getúlio Vargas tem explicado com a sua amabilidade costumeira – que já lhe ia conquistando tantas simpatias no Rio!... – o espírito eclético do desastrado decreto do ex-ministro da Educação. Em vão, – porque ninguém acredita na vastidão desse ecletismo, e os próprios fatos todos os dias se estão encarregando de demonstrar a verdadeira acepção em que o decreto deve ser tomado (MEIRELES, 29/05/1931, p. 7).

Além das muitas crônicas, a “Página” veiculou, em distintas edições, a conferência “Por que a escola deve ser leiga?” (MEIRELES, 1932), realizada na Liga Anticlerical do Brasil. A escola leiga “acha desnecessária a lição de moral, não porque seja essa escola imoral ou amoral, mas porque já é preliminarmente moral, sem lições teóricas, pela prática constante,

⁶ “Em 1932, seria finalmente organizada a ABE nacional. Com sua organização, foi estabelecido um suporte institucional para a atuação dos chamados educadores ‘liberais’ como grupo de pressão na Constituinte. O Departamento carioca da ABE se manteria, entretanto, atuando como o núcleo dinamizador do movimento educacional. Outros, porém, seriam seus integrantes. À exceção de poucos remanescentes dos anos 20, entre os quais vale mencionar Francisco Venâncio Filho, Armanda Álvaro Alberto, Edgar Süsskind de Mendonça, Gustavo Lessa e Mello Leitão, seriam outros a controlar a Associação” (CARVALHO, 1998, p. 71).

pelo estabelecimento de um meio que vai construindo, em lugar de ir corrigindo” (MEIRELES, 02/03/1932, p. 6). Frota Pessôa também se manifestou sobre o “Decreto do Sr. Francisco de Campos”, qualificando-o de “deserção”, de uma “traição” e de “prenúncio de derrota na batalha” pela “educação popular pela democracia e pela liberdade”:

O que torna o decreto sobre o ensino religioso inteiramente indefensável, antes mesmo de qualquer exame de sua doutrina ou do seu texto, é a carência absoluta de causas que o motivassem. Por isso sua promulgação determinou a mesma surpresa que produziria um corisco que varasse a atmosfera em um dia tranquilo de verão, sem borrasca e sem aguaceiro (FROTA PESSÔA, 29/05/1931, p. 7).

A dissidência fica mais explicitada pelas questões que os educadores dos dois lados defendiam. Com a saída da ABE muitos vão migrar, se vincular e fortalecer a composição de outras agremiações, como por exemplo, a Federação Nacional das Sociedades de Educação (FNSE), que havia sido fundada em 1929, sob a presidência de José Augusto e também a Sociedade de Amigos de Alberto Torres (SAAT), destino de outros abeanos, como por exemplo, Edgard Roquette-Pinto e Belisário Penna.

Como vimos, Meireles, que fazia parte da ABE desde 1928,⁷ apoiava as ideias e as iniciativas do grupo de educadores que se firmaram na IV Conferência de Educação e que culminou com a elaboração e o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em março de 1932. Conhecedora e militante do movimento educacional renovador, foi uma das signatárias desse documento ao lado de outros vinte e cinco educadores, como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Armanda Álvaro Alberto, Paschoal Lemme entre outros. Os manifestos e abaixo-assinados, como afirmado por Sirinelli (2003, p. 249), “permitem aos participantes contarem-se num protesto”. Vale ressaltar que o grupo formado pelos signatários não era homogêneo e havia a intenção de protestar em favor de novos rumos e na forma de se conceber e implementar a educação brasileira, que deveria ser realizada em um outro patamar. Aderir significava um compromisso “no qual intelectuais de diferentes posições ideológicas selaram uma aliança em torno de (...) princípios gerais que confluíam para a modernização da educação e da sociedade brasileiras” (XAVIER, 2004, p. 5). Consolidava as ideias e a atuação desse grupo e foi mais um dos pontos de acirramento e cisão entre os abeanos que levou os educadores católicos a se reorganizarem na “Conferência Católica Brasileira de Educação, numa disputa aberta com os renovadores” (GOMES, 2016, p. 7).

Ao longo dos quase três anos em que esteve à frente da “Página de Educação”, Cecília manteve uma crítica bastante ácida em relação a diferentes temáticas que incidiam sobre os rumos da educação brasileira. O Decreto do Ensino Religioso, questão que ela foi frontalmente contra, foi mote de suas crônicas e também das conferências que proferiu atentando para a importância e a necessidade da laicidade na educação pública no Brasil. O embate teve início

⁷ Cecília Meireles (ainda assinando o sobrenome com dois “l”, se filiou à ABE em dezembro de 1928, como pode ser visto no *O Imparcial*, 14/12/1928, p. 2). Em crônica publicada no jornal *A Manhã*, Cecília explica porque suprimiu uma das letras do seu sobrenome (MEIRELES, 27/12/44).

em 1931 com o “Commentario” em que criticou as reformas empreendidas pelo ministro Francisco Campos, que “mais do que a mentalidade do seu autor”, revelavam, também e “de maneira notabilíssima a dos professores”, que as comentavam “com aparência de alta sabedoria e grande conhecimento do assunto” (MEIRELES, 25/04/1931, p. 7). Mais à frente, em “Pedagogia de Ministro” afirmou: “Mas o sr. Francisco Campos parece que resolveu dar cada dia uma prova mais convincente de que não entende mesmo nada, absolutamente, de pedagogia. Que a sua pedagogia é uma *pedagogia de ministro*, isto é, politicagem...” (MEIRELES, 30/04/1931, p. 7).

O embate contra o Decreto vai se agravar em maio de 1931. São publicados comentários diversos em que a tônica é sempre a crítica e a discordância em relação às reformas empreendidas pelo ministro e sobretudo ao Decreto do Ensino Religioso, como por exemplo em: “Como se originam as guerras religiosas” (MEIRELES, 02/05/1931, p. 7);⁸ “As crianças e a religião” (MEIRELES, 05/05/1931, p. 7); “Questões de liberdade” (MEIRELES, 06/05/1931, p. 7); “Perguntas para o ar” (MEIRELES, 08/05/1931, p. 7); “Pobre escola” (MEIRELES, 09/05/1931, p. 7); “O ensino religioso nas escolas” (MEIRELES, 10/05/1931, p. 7), entre outros. Diferentes crônicas vieram a público e também uma profusão de reflexões, pedidos de esclarecimentos e notas de repúdio de professores, como Isabel Cunha, que pediu mais informações sobre o Decreto, como se pode ver em “O Ensino Religioso nas Escolas – Uma professora pede esclarecimentos” (*D. N.*, 08/05/1931, p. 7); reflexões e questionamentos como os de Andrade (11/06/1931, p. 7) e (17/06/1931, p. 6); Guanabara (12/06/1931, p. 7) e também os especiais de Frota Pessoa (08/05, 14/05 e 29/05/1931, p. 7). Também solicitaram explicações os acadêmicos de Engenharia da Escola Politécnica (*D. N.*, 10/05/1931); os segundanistas de instituições educacionais do Paraná (*D. N.*, 10/05/1931, p. 7); os alunos do Colégio Pedro II (*D. N.*, 24/05/1931, p. 6); e, ainda os acadêmicos de Medicina (*D. N.*, 24/06/1931, p. 6), por exemplo.

Os comentários se estenderiam pelos meses seguintes: “Ainda o nefando decreto” (MEIRELES, 04/06/1931, p. 7); “Aquele decreto” (MEIRELES, 18/06/1931, p. 7) e muitos outros onde a tônica sempre seria a sua crítica mordaz e certeira. A polêmica se instaurou quase que diariamente durante meses e eram veiculadas manifestações de intelectuais, professores, estudantes de diferentes graus de ensino, que certamente causaram desconforto e estimularam ainda mais os desafetos que cobraram a saída de Cecília Meireles e de seus colaboradores do *Diário de Notícias*.

Todos esses embates levaram a jornalista a encerrar a sua participação à frente da “Página de Educação” com o “Commentario” intitulado “Despedida” (MEIRELES, 12/01/1933, p. 6). Nele, reafirmava o seu compromisso ao longo de quase três anos que tinha sido “um sonho obstinado, intransigente, inflexível da construção de um mundo melhor pela formação mais adequada da humanidade que o habita” e que a acidez da sua ação intelectual havia

⁸ Nesse dia também foi publicada uma reflexão de Maurice Bouchor sobre “laicidade na educação”. Para ele: “A escola oficial, numa democracia republicana, não pode deixar de ser laica, isto é, neutra em matéria religiosa; é que, por esse fato, ela é, para todos, a garantia do mais precioso dos bens – a liberdade de consciência” (BOUCHOR, 1931, p. 7).

partido da necessidade de imprimir “uma realidade enérgica”, muitas vezes necessária para sustentar sua justiça. Para tanto, “teve de ser impiedosa e pela força de sua pureza pode ter parecido cruel” (MEIRELES, 12/01/1933, p. 6). Cecília concluía, assim, apenas uma etapa em seu percurso e “deixaria o espaço privilegiado do debate que se acirrou entre católicos e pioneiros, em meio ao irremediável aprofundamento das divergências sobre os valores que a escola deveria defender”, como lembra Mignot (2001, p. 167).

DEPOIS DA DESPEDIDA

Em carta destinada a Alfonso Reyes, no dia seguinte à sua despedida do *Diário de Notícias* e da “Página de Educação”, Cecília Meireles comunicou ao amigo:

Deixei a redação do “Diário de Notícias”, para trabalhar na “A Nação”, cujo primeiro número deve sair amanhã. Tenho a impressão de ter saído de um navio em naufrágio para um avião que vai fazer um looping e cair. Esta sensação de perigo dá um gosto melhor à vida; vai-se experimentando, com ela, até onde a natureza humana é capaz de ordenar e resistir (MEIRELES, 13/01/1933).⁹

Dois dias depois, Cecília reinaugurou a coluna “Commentario” no jornal *A Nação*, em 15 de janeiro de 1933, tornando-se, mais uma vez, colaboradora de um jornal recém-criado.¹⁰ O espaço denominado “Educação” era bem mais modesto do que o do *Diário de Notícias* e se estruturava em duas ou três colunas em um quarto ou meia página, às vezes menos. Contudo, a despeito do pouco espaço para diálogos com outros interlocutores, reportagens e entrevistas, dispunha de mais espaço para as crônicas que eram mais longas do que as publicadas anteriormente.

Em fevereiro, o jornal lançou o inquérito: “Os grandes inquéritos de *A Nação*: porque se deve auscultar o pensamento brasileiro sobre o problema educacional” (*A Nação*, 03/02/1933, p. 1 e 4). Nele afirmavam que a educação era um dos maiores problemas “que a Revolução nos trouxe”, que desafiava “as inteligências superiores do país” e agoniava os “guias responsáveis”. Sendo assim, era preciso convocar os “homens de responsabilidade do país” pois esses possuíam “conhecimento geral das nossas questões econômicas e políticas,” sabiam das “condições das populações, do trabalho, da indústria e da lavoura” e conheciam o mecanismo das administrações. Em poucas colunas questionavam as iniciativas implementadas nas reformas de educação dos renovadores, contestavam os métodos que apontavam como “inadaptáveis a mais de uma região, e até contraproducentes”. Afirmavam pretender arejar “o ambiente confinado em que as ideias do ensino não ultrapassam os limites do profissionalismo pedagógico”. Assim sendo, convocavam para o debate “os vultos de indisputável destaque nas

⁹ Cecília saiu do *Diário de Notícias* em 12 de janeiro de 1933, data de publicação de seu último Commentario intitulado “Despedida”. Ver: MEIRELES, C. Despedida. Rio de Janeiro. *Diário de Notícias*, 12 de janeiro de 1933. p. 6.

¹⁰ O primeiro número foi publicado no sábado, 14 de janeiro de 1933.

ciências políticas e sociais, e especialmente no magistério, ou em todas as rodas de cultura superior” (*A Nação*, 03/02/1933, p. 1 e 4).

Mais à frente, no Editorial de 07 de fevereiro evidenciavam-se os “equivocos” pretendidos por educadores brasileiros tendenciosamente orientados para a formação de cidadãos cosmopolitas. Recomendava que a verdadeira educação deveria tornar as crianças “cidadãos das suas respectivas pátrias”, cultivando em cada uma delas “os sentimentos e os instintos que melhor contribuam para tornar o indivíduo útil à nação”. A educação devia formar, prosseguia, uma “unidade trabalhadora” capaz de sacrifícios excepcionais que a defesa nacional deles pôde vir a exigir”. Criticava a escola da atualidade e afirmava que os educadores renovadores arruinavam e atrofiavam “nas novas gerações o instinto da nacionalidade”. As consequências de tais ações, continuava, contribuiriam para “enfraquecer as energias indispensáveis à manutenção eficiente da soberania nacional”. Atacava, frontalmente, as ideias pedagógicas alheias ao interesse nacional:

Tenham os especialistas em pedagogia plena liberdade de sugerir planos para a organização técnica da educação nacional. Mas devemos detê-los, quando sob a influência de ideias abstratas ou de teorias sem contacto com a realidade do mundo atual, pretenderem desvirtuar a suprema finalidade da formação educativa das novas gerações brasileiras (...) (Editorial, 07/02/1933, p. 13).

O Capitão Dulcídio Cardoso, então Diretor Geral da Educação, órgão vinculado ao Ministério de Educação e Saúde, também expôs as suas concepções educacionais. Foi apresentado como alguém com espírito superior pois “se educou para educar” e, sendo militar, “preparou-se para guiar e orientar homens que precisam receber as lições vivas da disciplina e do civismo; como professor, “aprimorou-se pelo seu mister e a ele tudo deu da sua capacidade e do seu sentimento”. Como patriota “antes de tudo”, esperava que fossem formados professores responsáveis pela “reconstrução moral e política da nacionalidade, para a qual antevê e deseja uma posição de destaque na civilização” (*A Nação*, 10/02/1933, p. 1). O capitão, com formação militar, supostamente tinha a resposta para todas as questões relativas à educação brasileira pois não lhe faltavam predicados.

Esperava-se que o jornal, que dispunha de uma grande tiragem, influenciasse a opinião pública e aqueles que decidiam os rumos da educação no país. Era uma investida para sobrepor, questionar, desmerecer as concepções e ações dos renovadores, apesar de garantirem que o periódico estava “imune de preocupações facciosas”, que era independente e que nunca obstaculizaria a expressão de quem quer que estivesse disposto a trazer “o concurso do seu trabalho e de sua boa vontade para a edificação política” e que à sua sombra todos os brasileiros encontrariam abrigo (EDITORIAL, 14/01/1933, p. 4). Na verdade, acabavam por cercear e obstaculizar os que discordavam, procurando convencer o professorado e a opinião pública.

Na sequência e procurando dialogar em meio à contenda, Cecília publicou as crônicas intituladas “Um inquérito importante” (MEIRELES, 08/09/10 e 11/02/1933, p-p. 9-12-12 e 9). Nelas, reconhecia a importância do Inquérito sobre educação do *A Nação*, afinal

constatara que “após três anos de atuação diária em assunto que, antes, mal se conhecia, na imprensa” o destaque que o assunto despertava”, não apenas “no terreno técnico, como ainda no jornalístico e, finalmente, no político, – onde a sua compreensão exata e honesta” poderia produzir “resultados vitais para a formação brasileira”. Para discutir a pertinência do Inquérito e as questões que o mesmo reivindicava para a educação brasileira, Cecília trouxe para a cena a contribuição de educadores e suas obras: Lourenço Filho (*Introdução ao Estudo da Escola Nova*), Anísio Teixeira (*Vida e Educação*) e Fernando de Azevedo (*Novos caminhos e novos fins*) e o prefácio do “Manifesto”. Asseverava que eram inegáveis as contribuições desses “três educadores brasileiros e de um grupo cujo valor se tem demonstrado por palavras e atos” e a solidez do conhecimento amalhado pelos mesmos (MEIRELES, 08/02/1933, p. 9). Acrescentava ao debate o pensamento de Horace Mann, José Pedro Varela, John Dewey, Humberto Diaz Casanueva, Augusto Messer, Claparède, Binet, Montessori, Ferrière, Decroly e outros.

Nas crônicas a seguir e em diálogo frente às reflexões e ideias educacionais de Dulcídio Cardoso (*A Nação*, 10/02/1933, p. 1); da entrevista do Padre Leonel Franca (*A Nação*, 13/02/1933, p. 1); do Editorial elogiando as iniciativas educacionais do jesuíta, apontado pela “solidez e largueza do seu preparo intelectual” que se contrapunha “às limitações tão frequentes na maioria dos pedagogos, como efeito das deformações profissionais” (*A Nação*, 14/02/1933, p. 4), Cecília publicou crônicas de mesmo título “A formação nacional e a Educação Nova” (MEIRELES, 16/17/18/21/23 e 25/02/1933, p. 12/7/12/12/12 e 11). Nelas, explorou, mais uma vez, o pensamento e a ação de nomes importantes do movimento renovador no país e no exterior, principalmente da América Latina.

O Inquérito do *A Nação* reacendia a polêmica entre os grupos “católicos e renovadores”, nascida nas disputas na ABE, na IV Conferência de Educação e no lançamento do “Manifesto”. A entrevista de Alceu Amoroso Lima (*A Nação*, 09/03/1933, p. 1), reavivava as querelas nascidas anteriormente com a questão do Ensino Religioso. Em “Pedagogia e filosofia” (EDITORIAL, 10/03/1933, p. 4), os articulistas se diziam contemplados pelo exposto por Amoroso Lima, afinal de contas, o líder católico confirmava o que o jornal preconizava em termos de educação, pois cabia à Família, ao Estado e à Igreja o cumprimento da função social da educação. Na breve matéria, concluía asseverando que o jornal se felicitava por ter provocado tais questionamentos para a “felicidade dos verdadeiros cultores da Pedagogia e da Filosofia no Brasil”. Já fora anunciado no primeiro Editorial o viés conservador do jornal quando destacavam o “espírito inteligentemente conservador e ao mesmo tempo consciente das necessidades novas do momento nacional”. Aquela era apenas a confirmação de que a Igreja Católica queria mais uma vez, por intermédio da imprensa, se “manter presente na organização da sociedade, por diferentes vias, para compensar o espaço oficial perdido junto ao Estado, no Brasil” (ORLANDO, 2018, p. 60). O inquérito propiciava, assim, intervir no debate para propagar a fé, formar a elite e educar o povo.

No *A Nação* Cecília publicou trinta e sete (37) crônicas intituladas “Commentario” e apenas uma entrevista com Anísio Teixeira, além de pequenas notícias em dias em que as crônicas não eram veiculadas. Depois do desgaste ao tentar rebater os equívocos e as provocações dos militantes católicos, mais cinco (5) crônicas surgiram (MEIRELES, 07/08/10/11 e 14/03/1933). A partir do dia 14 de março o espaço “Educação” permanece, mas sem Cecília. Segue com algumas notas de cursos, aulas, concursos, nomeações e cerimônias relacionadas a diferentes instituições, até finalmente desaparecer de vez. Todo esse esforço argumentativo pareceu exaurir e desanimar a educadora. Em 1º de abril de 1933, escreveu mais uma vez ao embaixador Alfonso Reyes informando no *post scriptum*:

Desde o dia 15 não trabalho mais na Nação, onde uma política deplorável tentou derrubar a própria obra educacional a que estou ligada. Querendo, porém, servir-se daquele endereço, basta que encomende a remessa a meu marido, que continua desenhando lá. Nesse caso, far-me-á o obséquio de servir-se do nome de Correia Dias (Carta – MEIRELES, 01/04/1933).

Ainda que afrontasse os conservadores com suas ideias pedagógicas, era reconhecida a sua competência como artista plástica. Tanto que nas mesmas edições onde se desdobrava a polêmica e onde procurava evidenciar e promover uma discussão alentada sobre a educação renovada (e que era relegada e sobreposta pelos reiterados elogios e destaques das reflexões dos seus contendores), publicaram na primeira página do Suplemento Cultural, em especial para o jornal *A Nação*, o texto de Nóbrega da Cunha intitulado “Interpretação dos motivos da Arte Popular: os ritmos do samba, do batuque e da macumba fixados, no desenho, a lápis, a nanquim e a aquarela por Cecília Meireles” (CUNHA, 19/02/1933, p. 23). A matéria de página inteira trouxe seis desenhos onde estão retratadas cenas dos três ritmos típicos do samba, observadas durante a dança, o passo de batuque e da macumba. Nóbrega da Cunha reflete sobre a importância da arte popular, o desinteresse, o esquecimento e o desprezo que despertava nas “chamadas classes cultas”, que não “sabendo compreender, julgavam que se tratasse de manifestações desprovidas de valor próprio, quando, o que ainda era pior, não as consideravam como expressões de um espírito inferior, incompatíveis com o refinamento do gosto civilizado” (NÓBREGA DA CUNHA, 19/02/1933, p. 23). Informava que eram desenhos feitos por Cecília em 1923, 1926 e 1930 que se destacava como “intérprete perfeita dos motivos originários dessas três importantes fontes da arte popular brasileira”. Mais à frente, em treze de abril, o jornal noticiou a “Noite de Samba” que aconteceria no Sábado de Aleluia, dia 15 de abril de 1933, com a presença da Escola de Samba Portela e a exposição de trabalhos da “original pintora”, na sede da Pró-Arte, no Rio de Janeiro (*A Nação*, 13/04/1933, p. 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como no *Diário de Notícias*, em *A Nação*, Cecília Meireles se manteve fiel às concepções educacionais e aos compromissos assumidos em relação ao grupo do “Manifesto”

do qual foi uma das signatárias e mais ardorosas defensoras, sem esquecer de apontar as injunções que sobrevieram dessa sua defesa quase que irredutível ao ideário educacional renovador.

Em uma sociedade pouco afeita a conceber a presença das mulheres e suas possibilidades de participar, contribuir, argumentar e intervir de forma igualitária como intelectuais em cenários constituídos e dominados pelos homens, foi possível acompanhar parte dos diálogos que manteve nos dois impressos cariocas, a determinação na difusão das suas concepções de educadora, a explicitação de suas matrizes pedagógicas, políticas e ideológicas que visavam a formação de opinião, bem como a sua participação em uma extensa rede de sociabilidade que lhe possibilitou construir parcerias relevantes e angariar simpatias e afetos, mas também antagonismos e adversários, como também a obra pedagógica que afiançava e referendava.

Se as questões debatidas no *Diário de Notícias* são bastante conhecidas e estudadas pelos pesquisadores brasileiros, com as crônicas do jornal *A Nação* é possível observar que o diálogo estabelecido entre a jornalista e as forças conservadoras católicas se manteve e as divergências se aprofundaram no ano seguinte ao lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. As disputas na cena pública permaneceram após a divulgação desse documento, um divisor de águas entre educadores de grupos políticos distintos que discordaram do papel do estado na Educação e da escola na sociedade brasileira.

Cecília Meireles voltou-se para a poesia, as viagens, o folclore e a direção da Biblioteca do Pavilhão Mourisco¹¹ que também não escapou das críticas das forças conservadoras católicas que disputavam corações e mentes das futuras gerações.

11 A Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco ou Centro de Cultura Infantil, localizado no Distrito Federal, foi um projeto ambicioso da gestão Anísio Teixeira. Cecília Meireles, sua idealizadora e diretora, contou com a colaboração do artista plástico Fernando Correia Dias, seu primeiro marido, e do embaixador mexicano Alfonso Reyes. Para mais informações, consultar: Pimenta (2011).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Alberto M. A escola leiga, a moral e a religião. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1931, p. 6.
- ANDRADE, Alberto M. Ensino religioso nas escolas. Comentários em torno da estranha fórmula democrática adotada pelo sr. Francisco Campos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1931, p. 7.
- ARAUJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau; INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio. **Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro: A revista A Escola (1920-1921)**. História da Educação. ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 3, p. 59-93, abr. 1998.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. La prensa de educación y enseñanza: observatorio de la formación de docentes y alumnos (Brasil, 1950-1980). **Archivos de Ciencias de la Educación**, Buenos Aires (Argentina), n. 10, v. 10, p. 1-16. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7565/pr.7565.pdf>. Acesso em: 22 de dezembro de 2022.
- BOUCHOR, Maurice. Neutralidade da Escola em matéria religiosa. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 2 de maio de 1931, p. 7.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARVALHO, Carlos Henrique de, CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. Intelectuais católicos no espaço luso-brasileiro: as contribuições de Alceu Amoroso Lima e António Durão (1930-1950). **Cadernos de História da Educação** – v. 13, n. 1 – jan./jun. 2014.
- CARVALHO, Marta M. Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- CARVALHO, Marta M. Chagas de. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. **Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 02, p. 87-104, 2005. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/ce/revista>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2022.
- CHAVES, Luís G. Bacellar. **Azevedo do Amaral**. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-azevedo-do>>.
- COMO ENTENDER a questão educacional: o eminente escritor e líder católico. **A Nação**, Rio de Janeiro, 09 de março de 1933, p. 1.
- CONTRA a Reforma Campos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1931, p. 7.
- CUNHA, Carlos A. Nóbrega da. Interpretação dos motivos da Arte Popular: os ritmos do samba, do batuque e da macumba fixados, no desenho, a lápis, a nanquim e a aquarela por Cecília Meireles. **A Nação**, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1933, p. 13 e 23.
- EDITORIAL. Escola Brasileira. **A Nação**, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1933, p. 4.
- EDITORIAL. Pedagogia e filosofia. **A Nação**, Rio de Janeiro, 10 de março de 1933, p. 4.
- EDITORIAL. Problema da Educação. **A Nação**, Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1933, p. 4.
- EDITORIAL. Rumo a seguir. **A Nação**, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1933, p. 4.
- ENSINO Religioso. A atitude assumida pelos acadêmicos de engenharia desta capital. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1931, p. 7.

- ENSINO Religioso: um memorial dos alunos do Pedro II contra o decreto do Governo Provisório. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1931, p. 5.
- ENTREVISTA com o Pe. Leonel Franca. Como devemos entender o problema brasileiro de educação. **A Nação**, Rio de Janeiro, domingo, 12 de fevereiro de 1933, p. 1 e 3.
- FERREIRA, Marieta de M. **Diário de Notícias (Rio de Janeiro)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2022.
- FERREIRA, Marieta de M. **A Nação**. (s/d). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/nacao-a>>. Acesso em 24/04/2022.
- FROTA PESSÔA, José G. da. A apostasia de um líder: ainda a propósito do ensino religioso nas escolas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1931, p. 7.
- FROTA PESSÔA, José G. da. A reforma da instrução e o ensino religioso. O país a reboque, levado aos trambolhões por estradas mal conservadas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1931, p. 7.
- FROTA PESSÔA, José G. da. Paradigma da nossa cultura: o discurso do sr. Getúlio Vargas, a exposição do sr. Francisco Campos e o ensino da religião nas nossas escolas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1931, p. 7.
- FROTA PESSÔA, José G. da. A apostasia de um líder. Ainda a propósito do ensino religioso nas escolas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1931, p. 7.
- GOMES, Ângela M. de Castro; HANSEN, Patrícia S. Apresentação. In: GOMES, Ângela M. de Castro; HANSEN, Patrícia S. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política** (Org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GOMES, Marco A. de Oliveira. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a defesa da ordem: o embate entre liberais e católicos no campo da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 68, p. 109-124, jun2016, p. 7.
- GUANABARA, Arnaldo. Ensino Religioso: ponderações do bom senso contra a iniciativa do sr. Francisco Campos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1931. p. 7.
- HERNÁNDEZ DÍAZ, José María. Presentación. In: **Prensa Pedagógica y patrimonio histórico educativo**. Contribuciones desde la Europa mediterránea e Iberoamérica Salamanca: Aquilafuente, 2013.
- LÔBO, Yolanda. **Cecília Meireles**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 158 p. (Coleção Educadores).
- LÔBO, Yolanda. Memória e Educação: O Espírito Victorioso de Cecília Meireles. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 77, n.187, 1996, p. 525-545.
- MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, 1987, pp. 65-87.
- MEIRELES, Cecília. A formação nacional e a Educação Nova. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 16/17/18/21/23 e 25 de fevereiro de 1933, p. 12/7/12/12/12 e 11.
- MEIRELES, Cecília. A futura Escola Normal. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1930, p. 4.
- MEIRELES, Cecília. A história de uma letra. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1944.

- MEIRELES, Cecília. À margem das reformas de Francisco Campos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1931, p. 7.
- MEIRELES, Cecília. Ainda o nefando decreto. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 04 de junho de 1931, p. 7.
- MEIRELES, Cecília. Aquele decreto... **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 de junho de 1931, p. 7.
- MEIRELES, Cecília. Aquele desastrado decreto. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1931, p. 7.
- MEIRELES, Cecília. **Carta a Alfonso Reyes**. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1933. Cidade do Mexico, Capilla Alfonsina, Cx. 1626.
- MEIRELES, Cecília. **Carta a Alfonso Reyes**. Rio de Janeiro, 1º de abril de 1933. Cidade do Mexico, Capilla Alfonsina, Cx. 1626.
- MEIRELES, Cecília. Cecília. As crianças e a religião. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 05 de maio de 1931, p. 7.
- MEIRELES, Cecília. Como se originam as guerras religiosas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 02 de maio de 1931, p. 7.
- MEIRELES, Cecília. Despedida. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1933, p. 6.
- MEIRELES, Cecília. O concurso de Literatura na Escola Normal. Carta aberta ao Diretor Geral da Instrução Pública. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1930, p. 4.
- MEIRELES, Cecília. O ensino religioso nas escolas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1931, p. 7.
- MEIRELES, Cecília. **O Espírito Victorioso**. Tese apresentada ao concurso da cadeira de Literatura da Escola Normal do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Typographia do Anuario do Brasil, s.d., 1929.
- MEIRELES, Cecília. Pedagogia de Ministro... **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1931, p. 7.
- MEIRELES, Cecília. Perguntas para o ar. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 08 de maio de 1931, p. 7.
- MEIRELES, Cecília. Pobre escola. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 09 de maio de 1931, p. 7.
- MEIRELES, Cecília. Por que a escola deve ser leiga? **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 01, 02, 04, 16, 28 de março de 1932, p. 06.
- MEIRELES, Cecília. Questões de liberdade. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 06 de maio de 1931, p. 7.
- MEIRELES, Cecília. Sinal dos tempos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1930, p. 15.
- MEIRELES, Cecília. Um inquérito importante. **A Nação**, Rio de Janeiro, 08, 09, 10 e 11 de fevereiro de 1933, p-p. 9-12-12 e 9.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Antes da despedida: editando um debate. *In*: Neves, Margarida de Souza; LÔBO, Yolanda; MIGNOT, Ana Chrystina (Orgs). **Cecília Meireles: a poética da educação**. Rio de Janeiro: PUC – Rio; Loyola, 2001.
- NASCIMENTO, Regina Lucia Da Silva. **Entre o poético e o histórico: interlocuções de Cecília Meireles com a educação brasileira**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

- NOTAS de Arte. Exposição Cecília Meireles. **A Nação**, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1933, p. 5.
- NOVOS sócios inscritos. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1928, p. 2.
- O ENSINO Religioso nas Escolas – Uma professora pede esclarecimentos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1931, p. 7.
- OS GRANDES inqueritos de *A Nação*: porque se deve auscultar o pensamento brasileiro sobre o problema educacional”. **A Nação**, Rio de Janeiro, 03 fevereiro de 1933, p. 1 e 4.
- OS PONTOS de vista do Diretor Geral de Educação sobre o problema fundamental do Brasil. **A Nação**, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1933, p. 1.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e o nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- PIMENTA, Jussara Santos. **As duas margens do Atlântico**: um projeto de integração entre dois povos na viagem de Cecília Meireles a Portugal (1934). 2008. 374 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- PIMENTA, Jussara Santos. **Leitura, arte e educação**: a Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco (1934-1937). 1 ed. Curitiba: CRV, 2011. 170p.
- PIMENTA, Jussara Santos; DINIZ, Aires Antunes. A revista Portugal Feminino e o luso-brasileirismo. **Vértice**, Lisboa, v. 2, p. 84-98, 2015.
- ROBERTO, Jodar de C. **Ecos de uma voz feminina**: Cecília Meireles e a “Página de Educação” do Diário de Notícias no ano de 1932. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, Denilson de C. **Cecília Meireles e o humanismo cívico**: palavras e práticas de um ideário político (Brasil Sudeste, 1915-1964). Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. 2021.
- SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SOBRE o ensino religioso. Um ofício dos acadêmicos de medicina. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1931, p. 6.
- SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. (atualizada) – Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- STRANG, Bernadete de L. S. Ensino, Reformas e Política nas Crônicas de Educação de Cecília Meireles (1930-1933). **Rev. Ens. Educ. Cienc. Human.**, Londrina, v. 19, n.3, 2018, p. 353-362.
- XAVIER, Libânia N. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: Maria do Carmo Xavier. (Org.). **Manifesto dos Pioneiros da Educação**: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro-Belo Horizonte: Fundação Getúlio Vargas e FUMEC, 2004, v. 1, p. 21-38.
- ZICMAN, Renée B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, 1985, p. 89-102.

JUSSARA SANTOS PIMENTA. Doutora e pós-doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Docente do Departamento de Ciências da Educação. Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf). Líder do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Educação, História e Memória – MNEMOS, da Universidade Federal de Rondônia-UNIR.

E-mail: jussara.pimenta@unir.br

ANA CHRYSTINA MIGNOT. Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Ciências Humanas – Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1997) e Mestre em Educação pela mesma instituição (1988). Pesquisadora 1 (CNPq), Cientista de Nosso Estado (FAPERJ) e Procientista (UERJ/FAPERJ).

E-mail: acmignot@terra.com.br